OPINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
Ano X - Edição 260
R$ 2 - De 1º a 7/6/2006

ONDA DE GREVES DO FUNCIONALISMO, DOS PROFESSORES E DOS METALÚRGICOS ENFRENTA PATRÕES E GOVERNOS.

AGORA É

UNIFICAR AS LUTAS

Páginas 3, 6 e 7

OS SINDICATOS E AS LUTAS OPERÁRIAS DURANTE A DITADURA MILITAR

Página 5

A DIVINA COMÉDIA DE OS MUTANTES

Página 8

A NACIONALIZAÇÃO DO GÁS E A REVOLUÇÃO BOLIVIANA

Correio Internacional

ALA VERMELHA DO PFL

Conhecido por suas estripulias, o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (PFL), soltou mais uma de suas pérolas que justificam a sua fama de maluco na política nacional. Depois da crise entre o seu partido e o PSDB, Maia declarou: "O PFL é um partido de certa maneira leninista, porque o centralismo democrático funciona no PFL". Só falta agora Antonio Carlos Magalhães se dizer trotskista.

PÉROLA

"A gente aprende rápido aqui"

SÉRGIO WESLEI DA CUNHA, *advogado de membros do PCC, respondendo a um deputado federal na CPI do Tráfico de Armas, que perguntou onde ele aprendeu a ser malandro. Cunha saiu algemado por desacato.*

COLAR DE PÉROLAS

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi responsável por uma das pérolas da semana. Ao comentar os bons efeitos da desoneração tributária dos alimentos, o ministro avaliou que "nunca a alimentação no Brasil esteve tão barata como está agora". "Se você olhar o preço da carne, do milho, do arroz, de vários alimentos, vai ver que o brasileiro compra produtos até por metade do preço que pagava antes", disse. Mantega foi tão longe no delírio que completou: "O brasileiro pode comer filé mignon, mesmo as famílias com menos recursos".

CHARGE / GILMAR

VIZINHOS "INCÔMODOS"

A elite de São Paulo voltou às suas festas extravagantes depois das ações do PCC. Em uma festa de lançamento de um empreendimento de R$ 1,5 bilhão, que reunirá um shopping de luxo e prédios com apartamentos de até R$ 18 milhões, representantes da elite se fartaram num banquete regado a champanhe e conhaque. No jantar foi servido o conhaque Richard Hennessy, cuja garrafa custa R$ 8 mil. Uma única dose da bebida é vendida por R$ 900. Houve protestos dos moradores de uma favela ao lado do local onde será construído o empreendimento. Os moradores dizem que estão sendo pressionados pelo estado a abandonarem as suas casas.

MUDANÇA DE HÁBITOS

Aldo Rebelo (PCdoB), presidente da Câmara, e sua esposa, Rita, foram convidados de honra do Grande Prêmio do Jockey Clube de São Paulo. Os dois não fizeram feio. Rita trajava um casaco de pele "sintética" da marca Dolce&Gabbana, avaliada, no mínimo, em R$ 11 mil. Depois disse que costuma fazer "panfletagem em porta de fábrica".

TESOURADA

As declarações do ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, mostram com uma clareza impressionante qual será a principal política de um eventual segundo mandato de Lula. Sem o menor escrúpulo, Tarso defendeu, durante o seminário do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), a "redução drástica de despesas da União, com corte de salários, pensões e aposentadorias como uma medida exemplar". Também afirmou que é preciso "remover o conceito arcaico de direito adquirido" e "cassar privilégios para os quais as pessoas não contribuíram". "Que se cortem privilégios", completou. Taí mais uma prova de que o governo petista colocou em sua alça de mira os direitos dos trabalhadores.

"O exemplo da UFF, de reunir toda a esquerda socialista, foi um ensaio"

NOS DIAS 30, 31 DE MAIO E 1º DE JUNHO, SERÃO REALIZADAS AS ELEIÇÕES PARA A REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). ENTRE OS CANDIDATOS ESTÁ O PROFESSOR CLÁUDIO GURGEL (CHAPA 2), UM DOS DIRIGENTES DO REAGE SOCIALISTA. SUA CANDIDATURA É APOIADA PELOS LUTADORES DA UNIVERSIDADE. VEJA ABAIXO TRECHOS DE UMA ENTREVISTA AO OPINIÃO SOCIALISTA, QUE PODE SER LIDA NA ÍNTEGRA NO PORTAL DO PSTU.

Opinião - Você saiu candidato pelo movimento para a Reitoria da UFF. O que justifica o lançamento da candidatura?

Cláudio Gurgel - *Este processo se dá em um ambiente de retomada das lutas sociais, em que o projeto popular pode e deve se reapresentar diante da sociedade em seus diferentes espaços, institucionais, estaduais e nacionais. A conjuntura ainda é adversa, mas também a fazemos. (...) Vale ainda considerar que a UFF aprovou a paridade no processo de escolha do seu reitor e seria de esperar que os movimentos valorizassem esta conquista com uma participação mais relevante.*

Que programa defende a sua candidatura?

Gurgel - *O programa de reconstrução da universidade pública na UFF, muito referenciado nas pautas de reivindicação dos movimentos docente, discente e dos técnicos-administrativos. Disputa de verbas públicas, democratização da vida interna, aprofundamento da relação com a sociedade, revisão das terceirizações e fim de todas as formas de precarização do trabalho, recomposição da pós-graduação gratuita e extinção das fundações ditas de apoio à universidade.*

Sua candidatura é produto da unidade de setores da esquerda socialista: PSTU, PSOL, PCB e Reage Socialista. Em nível nacional, discute-se uma frente de esquerda para as eleições de outubro. O que você pensa sobre isso?

Gurgel - *(...) Creio que a frente é a arquitetura política que podemos executar no momento. Devemos ir para ela com cuidado, com sobriedade, conscientes de que é um passo adiante da esquerda brasileira, e que deve ser aproveitado para avançarmos mais, em breve. Penso também que devemos construir uma agenda de lutas que ultrapasse os limites do eleitoral. Além disto, impulsionar uma pauta de discussões teóricas que revele as diferenças e principalmente os pontos comuns de nossas referências ideológicas.*

O exemplo da UFF, que reuniu toda a esquerda socialista do estado do Rio de Janeiro, foi um ensaio. Nos sentimos muito felizes por termos contribuído, com nosso exemplo, para esta conquista da esquerda brasileira, a frente classista e socialista. A capacidade de coesionar estas forças é um desafio, mas confesso que não tivemos grandes dificuldades porque lidamos com companheiros leais, solidários e verdadeiros socialistas, que reconheceram o momento que viviam e souberam se comportar à altura.

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP CEP 01321-010
Fax: (11) 3105-6316 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **PROJETO GRÁFICO** Gustavo Sixel **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Biasi **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 3105-6316 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua A-41, Quadra B5, 258
Bairro Graciliano Ramos - Maceió - AL
(82)9903.1709 (81)9101.5404
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 321-3632
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cicero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sl. 4

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro
niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro
novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ZONA NORTE - Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 2669 Sala 205 (Esquina com Manoel Elias) (51) 3024-3419
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867
campinas@pstu.org.br
GUARULHOS *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro
(11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete
RIBEIRÃO PRETO
Rua Paraíso, 1011, Térreo - Vila Tibério (16) 3637-7242
ribeiraopreto@pstu.org.br
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
VILA MARIA - R. Mário Galvão, 189 (12)3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vila Carvalho
(15)3211.1767
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

UNIFICAR AS LUTAS DOS TRABALHADORES

A "democracia" no Brasil funciona assim: os dois blocos majoritários (PT de um lado, PSDB-PFL de outro) monopolizam as TVs e jornais, convencendo os trabalhadores e jovens de que têm que votar em um deles, porque assim todos seus problemas estarão resolvidos. Uma dupla mentira. Primeiro, votar não vai resolver nenhum dos problemas mais importantes do país. Por fim, votar em qualquer um destes dois blocos é votar na mesma proposta.

Eles têm um evidente acordo programático: o governo Lula é uma continuidade econômica de FHC. Alckmin, por sua vez, não tem como apresentar nenhuma proposta diferente.

Na corrupção, os governos do PT e do PSDB-PFL também são idênticos. Até na questão da violência urbana são semelhantes: Lula chegou a declarar que o governador Lembo (PFL) "fez o que podia fazer".

Estes dois blocos majoritários têm um outro acordo: encaminhar todas as crises e insatisfações para as eleições. Querem evitar que os trabalhadores e jovens busquem a resolução de seus problemas pela via das mobilizações. Para um país que viveu a enorme crise política do ano passado, pode parecer surpreendente ter chegado à atual situação de calma aparente.

A explicação é o acordo entre esses blocos majoritários para que tudo fosse resolvido nas eleições. O PT, em particular, como ainda tem bases populares importantes, em função da ajuda da CUT, da UNE e do MST, conseguiu evitar a explosão de grandes mobilizações, e canalizou tudo para a via morta das eleições.

AS MOBILIZAÇÕES do funcionalismo e dos operários da Volks e GM indicam uma disposição de luta maior do que as direções da CUT puderam conter

No entanto, nem tudo acontece como querem estes partidos. As mobilizações atuais do funcionalismo e dos operários da Volkswagen e GM indicam uma disposição de luta maior do que as direções da CUT puderam conter. Agora, vão buscar derrotar essas lutas, ou evitar que se enfrentem com o governo Lula.

Pode ser que o ano de 2006 não seja só marcado pelas eleições, mas que existam mobilizações muito importantes. O PT, a CUT e a UNE não puderam evitá-las, tampouco impedir a fundação da Conlutas. Esta entidade nacional foi formada exatamente para ser uma nova alternativa para as lutas dos trabalhadores, perante a traição da CUT e da UNE. Nessas mobilizações, desde a marcha do funcionalismo federal em Brasília no dia 1º de junho, até cada uma das mobilizações nos estados, veremos as bandeiras, adesivos e faixas da Conlutas e seus ativistas propondo a unificação de todas as lutas.

É preciso dar também uma resposta no terreno eleitoral. O PT, assim como o PSDB-PFL, não queria que os trabalhadores e a juventude tivessem alternativas a eles. Da mesma forma como as mobilizações estão superando o bloqueio destas direções, é necessário expressar nas eleições uma alternativa dos trabalhadores contra Lula e Alckmin.

É preciso construir uma frente classista e socialista para as eleições de outubro. E é preciso que esta frente seja a expressão destas mobilizações diretas, que se enfrentam com a burguesia e os governos do PT e do PSDB-PFL.

SOBRE AS DISCUSSÕES EM RELAÇÃO À FRENTE CLASSISTA

Como todos sabem, o PSTU vem propondo ao PSOL e ao PCB a formação de uma Frente Classista e Socialista para as eleições de outubro. Para a concretização desta frente existiam impedimentos importantes, tanto em termos programáticos como em relação às candidaturas.

Durante a semana passada, houve um avanço na discussão de programa com a direção do PSOL, em particular sobre a questão da estratégia da revolução democrática, colocada inicialmente na proposta do PSOL, com a qual não concordamos. Como todos sabem, seguimos reivindicando a revolução socialista.

Houve também um avanço na negação de alianças eleitorais regionais com setores de partidos burgueses, o que é muito importante. Ainda segue existindo uma polêmica sobre a questão dos possíveis "apoios" de fora dos partidos e organizações hoje na frente.

Em relação às candidaturas, a Conferência do PSOL manteve a vice-presidência com César Benjamin, mas aceitou recuar na indicação de seus candidatos ao Senado no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e ao governo e Senado por Minas Gerais, que passariam a ser do PSTU.

O PSTU definiu a proposta de Frente Classista e Socialista democraticamente em uma conferência do partido, com delegados eleitos pela base. Agora, depois de todas as discussões feitas, reunirá seus organismos para decidir sua participação nas eleições.

TRIBUNAL DE RUA EM SÃO PAULO

Uma caveira enfeita a placa de veículo da PM paulista

APÓS DIAS DE PÂNICO com os atentados do PCC, estão sendo revelados assassinatos e chacinas praticados pela PM, principalmente na periferia da capital. Apesar dos esforços do governo em esconder informações, laudos apontam que pessoas foram executadas pela polícia. O secretário de Segurança chegou a dizer que, entre as vítimas, havia suicidas

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Apesar da Justiça ter determinado a divulgação da lista com a relação de todos os mortos pela polícia nos dias que se seguiram à crise de violência, o governo acobertou até o último momento as documentações sobre os casos.

O Ministério Público Estadual exigiu a liberação dos laudos de necropsia e lista com a relação de nomes dos mortos, com os boletins de ocorrências lavrados após cada ação. No entanto, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, chefiada por Saulo de Castro Abreu, forneceu na última hora apenas documentos esparsos e desencontrados.

Nas confusas informações divulgadas, Abreu chegou a dizer que, entre os mortos, havia até pessoas que se suicidaram: *"Num primeiro momento, nós computamos lesão corporal seguida de morte, suicídio, não importa. Toda morte que não foi natural, portanto, foi ao IML, [que] computa [os dados]"*, explicou.

Tal atitude, além de tentar acobertar a onda de assassinatos e execuções pela PM, remonta aos métodos utilizados pela ditadura militar de dissimular homicídios, escondendo e forjando documentações.

Na entrevista coletiva no dia 23 de maio, o comandante-geral da PM, coronel Elizeu Éclair Teixeira Borges, afirmou que o número de mortos chegava a 110, sendo que 79 tinham o que chamou de "ligação direta" com os ataques do PCC, e 31 eram "ocorrências rotineiras de criminalidade".

Já na tarde do dia 26, sexta-feira, a Secretaria finalmente entregou à Promotoria a listagem com os BO's relacionados às mortes. De acordo com a lista, foram mortos pela polícia civil e militar 146 pessoas, entre os dias 12 e 19, incluindo os mortos nas rebeliões.

Além dos boletins, a Secretaria também foi obrigada a divulgar os laudos elaborados pelo IML (Instituto Médico Legal) sobre as mortes. O governador Cláudio Lembo (PFL) tentou de todas as formas manter os documentos em sigilo, mas a promotoria prometeu liberá-los nesta semana.

A crise de segurança fez a primeira baixa no governo estadual. O secretário estadual de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, deixou o cargo em razão dos atritos com o secretário de Segurança Pública. Saulo de Castro continua firme e forte em seu cargo.

Castro, ex-dirigente da Febem, é acusado de comandar o temível Gradi (Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância), que infiltrava policiais entre os presos, sendo acusado de uma série de chacinas entre 2001 e 2002. Vê-se que o secretário dispõe de ampla experiência no assunto.

Apesar de ainda não ter sido examinada toda a documentação, de acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* os rascunhos fornecidos pelo IML à Promotoria revelam indícios de execução. A trajetória da bala, de cima para baixo, e a parte do corpo atingida revelam que pessoas apontadas pela polícia como tendo "trocado tiro com policiais", na verdade foram executadas.

Em Guarulhos ocorreu uma verdadeira chacina. Entre 12 e 18 de maio, foram assassinadas 56 pessoas, sendo 34 com tiros na cabeça. Os tiros, sempre mais de um, foram de grosso calibre, de uso da polícia ou das Forças Armadas. Após o terror imposto pelo PCC, agora a população pobre e desprotegida enfrenta o terror da polícia, que enxerga os jovens negros como marginais ou criminosos em potencial.

A onda de terror atingiu tal ponto que o escritor e rapper Ferréz, autor de livros como *Capão Pecado* e *Manual Prático do Ódio*, também líder comunitário, foi obrigado a sair do estado por alguns dias por conta de ameaças de morte que ele e sua família sofreram. Ferréz denunciou a onda de assassinatos covardes que a polícia praticava na periferia.

"O cano do fuzil, refletiu o lado ruim do Brasil"

Na mesma semana em que as notícias sobre o abuso da polícia surgiam na mídia, foi anunciado pelo governo um aperto fiscal recorde. Lula economizou até abril cerca de R$ 194 bilhões da saúde, educação e demais áreas sociais para pagar juros da dívida. Apesar do problema da violência não ser resolvido apenas com investimentos nas áreas sociais, o sucateamento desses serviços públicos essenciais aumenta ainda mais a situação de caos.

A recente crise foi desencadeada por várias situações que fizeram explodir a panela de pressão da segurança pública. Entre elas, cadeias superlotadas e tratamento desumano nos presídios, transformados em verdadeiros depósitos

Mortos sem identificação

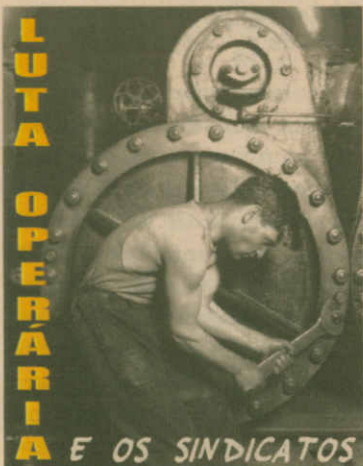
de pobres e marginalizados, aliados à política neoliberal de Lula e dos governos estaduais, como o de Alckmin (PSDB) e Lembo (PFL).

O PCC, segundo reportagem do jornalista João de Barros publicada na revista *Caros Amigos*, ancora-se no tráfico de drogas, cujos principais líderes são empresários, fazendeiros e até parlamentares. Os funcionários do tráfico, presos, reprimidos e mortos pela polícia nas favelas, não passam do elo mais fraco desse sistema, que encontra na exclusão social campo fértil para conquistar jovens desempregados.

É impossível resolver a questão da segurança pública por dentro dos limites do capitalismo. As forças de coação do Estado existem apenas para manter a ordem atual e proteger a propriedade privada e os privilégios da classe dominante. Já o crime organizado é a parte não-oficial de uma burguesia marginal. Tanto por parte da polícia quanto por parte dos bandidos, as vítimas são sempre os trabalhadores e a juventude pobre.

Enquanto o PCC incendiava ônibus públicos, deixando milhões de pessoas aterrorizadas e a pé, a burguesia seguia sua vida, protegida por fortes esquemas de segurança privada e usando seus helicópteros. Enquanto a polícia invade a periferia e assassina jovens de forma covarde, a elite aplaude e brada por "pena de morte". Mais ainda, os próprios policiais são trabalhadores dessas comunidades, servindo como verdadeiras buchas de canhão para a manutenção da mal chamada ordem.

**Trechos da música "Tribunal de Rua", do grupo O Rappa.*

LUTAS SINDICAIS SOB A DITADURA MILITAR E A FUNDAÇÃO DA CUT

PAULO AGUENA, da Direção Nacional do PSTU

A partir do golpe de 1964, o processo de desenvolvimento do movimento sindical foi interrompido. Ao lado das prisões, intervenção e até extinção de sindicatos, começou a se fazer cumprir toda a legislação sindical, em boa parte deixada de lado no período anterior.

Os militares foram implementando uma política econômica de arrocho com o objetivo de sustentar os lucros do capital imperialista investido durante o governo de Juscelino Kubitscheck e, também, para atrair novos investimentos.

Logo, proibiu-se o direito de greve (Lei 4.330 de junho de 1964); as negociações salariais entre os sindicatos e patrões foram substituídas por decretos do governo, que passou a fixar os índices de aumentos salariais; a estabilidade decenal (após 10 anos) foi substituída pela lei que instituiu em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), permitindo demissões em contraprestação ao pagamento de uma indenização no valor de 40% do FGTS; e, por fim, a reformulação da Lei de Remessa de Lucros, que facilitou o envio dos lucros das multinacionais ao exterior.

O MIA E AS GREVES DE 1968 EM OSASCO E CONTAGEM

Procurando reagir a essa ofensiva, em 1967 foi criado o Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA). Nele havia duas alas. De um lado, estava a direção dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos e Campinas, que queriam manter a luta nos marcos dos limites tolerados pelo Ministério do Trabalho. De outro, a diretoria do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, dirigido por José Ibrahim e setores da igreja, que defendia as lutas apoiadas nas comissões de fábricas e a criação de uma central sindical.

Em 16 de abril de 1968, eclodiu a greve de ocupação na siderúrgica da Belgo Mineira (1.200 trabalhadores), em Contagem (MG), reivindicando 25% de aumento salarial. No terceiro dia, a paralisação se expandiu para Mannesmann, SBE, Belgo de João Monlevade, Acesita, paralisando em torno de 16 mil trabalhadores. Ao final, a luta foi vitoriosa, com o governo assinando um decreto dando 10% de aumento.

A vitória em Contagem encorajou Osasco. No entanto, influenciado pela ideologia ultra-esquerdista que tomou conta da maioria das correntes e grupos de esquerda formados após a capitulação do PCB em 64, Ibrahim organizou uma greve com o objetivo de transformar uma suposta crise política existente no país numa crise militar.

Em 16 de junho de 1968 - antecipando-se à proposta de greve geral prevista para outubro - a greve, com objetivos insurrecionais, se iniciava com a ocupação da Cobrasma (autopeças com 10 mil operários), expandindo-se para a Braseixos, Barreto Keller, Granada, Lona Flex e Brow Boveri.

A greve foi decretada ilegal e o sindicato caiu sob intervenção. Forças militares controlaram as saídas da cidade e as fábricas foram invadidas. A greve foi derrotada em seu quarto dia.

No mês outubro, os metalúrgicos de Contagem se levantaram novamente contra o arrocho, mas dessa vez a repressão foi violenta. A greve foi derrotada e o sindicato ficou sob intervenção.

Em 13 de dezembro de 1968, foi instituído o Ato Institucional nº 5 (AI-5), restringindo ainda mais as liberdades políticas no país. O movimento operário passou então a se organizar no chão das fábricas, através de grupos clandestinos e reivindicações específicas.

Em alguns lugares, se combinaram com a construção das oposições sindicais, que tiveram um papel de suma importância em todo período que se seguiu. Merece destaque a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a princípio dirigido majoritariamente pela Pastoral Operária, tendo Waldemar Rossi como maior expressão.

GREVE DA SCANIA E A VOLTA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Logo após as lutas estudantis retomarem as ruas em 1977, engrossando as lutas contra a ditadura (contra a reforma MEC-Usaid, fim da tortura, Anistia, Constituinte etc), o movimento operário voltou à cena. Neste ano, veio à tona a denúncia de que o governo vinha manipulando os índices de inflação, gerando desde 1973 uma perda de 34,1% nos salários. As mobilizações por reposição salarial aumentaram.

Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Scania entraram em greve, afrontando a Lei Antigreve. Realizada dentro da fábrica, ela pegou os patrões de "calças curtas". Logo as paralisações se estenderam para outras empresas do ABC e do interior do estado. Em junho e julho, outras greves ocorreram. Em outubro, os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos também paralisaram suas atividades. A oposição de São Paulo cumpriu um papel efetivo nessa greve.

Em março de 1979, a onda grevista cresceu, sendo deflagrada a greve geral dos metalúrgicos do ABC, agora organizada de fora através de piquetes. O governo decretou a intervenção nos sindicatos e as diretorias foram cassadas. Ao contrário do que se pensava, a greve ganhou novo impulso. As assembléias no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, extrapolavam várias vezes a capacidade das arquibancadas. Sob a liderança de Lula, o 1º de maio unitário reuniu 100 mil pessoas. Após 41 dias de greve, foi negociada a volta das lideranças cassadas.

FUNDAÇÃO DA CUT E DA CGT

Após o impulso grevista de 1978 (meio milhão de trabalhadores em greve) e 1979 (3 milhões), a partir de 1980 as greves diminuíram (800 mil) e o saldo já não foi mesmo. Havia se iniciado uma recessão e a patronal tentava retomar a ofensiva. Neste momento, os trabalhadores aproveitaram para acelerar sua organização.

Em 1980, foi fundado o PT. Em 1981, foi realizada a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), reunindo mais de 5 mil delegados, em torno de mil representando o campo. Nela se aprovou um plano de lutas e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No entanto, a chamada "Unidade Sindical", que agrupava principalmente os comunistas (PCB e PCdoB, que atuavam dentro do PMDB) e os tradicionais pelegos, acabaram boicotando o plano de lutas e a fundação da central.

Em oposição, se formou um bloco mais combativo, que agrupava setores da igreja, grupos de esquerda que vinham da clandestinidade (a maioria havia rompido com os PC´s), além de grupos trotskistas menores, sendo que a maioria se encontrava no Partido dos Trabalhadores.

Na reunião de 11 e 12 de setembro de 1982, na Contag em Brasília, a Comissão pró-CUT resolveu adiar o congresso de fundação da central, desobedecendo a vontade da maioria dos Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora, impulsionados pelas pró-CUT estaduais. Deu-se o racha.

Os setores combativos se retiraram da reunião e convocaram outra para os dias 4 e 5 de dezembro de 1982, quando foi aprovada a manutenção do Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), foi fundada a CUT.

A "Unidade Sindical", por sua vez, em uma reunião no dia 21 de agosto de 1983, aprovou um congresso em 4, 5 e 6 de novembro em Praia Grande (SP). Posteriormente, foi fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

FOTO IMAGEN LATINA

MOBILIZAÇÕES ENFRENTAM GOVERNOS DO PT, PSDB-PFL E PMDB

Uma onda de mobilizações vem mostrando que este ano não será (para desgosto do governo e da oposição burguesa) apenas eleitoral. As lutas do funcionalismo e dos operários das montadoras está se chocando com a burguesia e os governos federal e estaduais, dirigidos por PT, PSDB-PFL e PMDB.

Os trabalhadores estão se enfrentando com o plano econômico – apoiado por Lula e Alckmin – e suas conseqüências: arrocho salarial e desemprego.

Nas matérias abaixo, descrevemos essas mobilizações. Todos ativistas devem apóia-las porque, em caso de vitória, todas as categorias serão beneficiadas.

Vale a pena tirar duas conclusões políticas desta conjuntura. A primeira é que os trabalhadores precisam se enfrentar com as direções sindicais governistas, que buscam travar as greves e evitar que se unifiquem. Por este motivo, a Conlutas está presente em todas elas, como uma alternativa de direção combativa que busca unificá-las.

A segunda é que os trabalhadores não podem lutar sindicalmente contra os governos do PT e do PSDB, e depois apoiar Lula ou Alckmin. Assim como a Conlutas está se construindo como alternativa de direção para as lutas, é necessário também construir uma frente de esquerda, classista e socialista para as eleições. Os trabalhadores e a juventude precisam construir outra alternativa eleitoral, independente dos patrões e dos dois blocos burgueses.

UNIFICAR AS LUTAS NAS MONTADORAS CONTRA DEMISSÕES

***EMMANUEL OLIVEIRA**, de São Bernardo do Campo (SP)*

As montadoras de automóveis, que tiveram altíssimos lucros nos últimos anos, ameaçam demitir trabalhadores no Brasil. A Volkswagen quer mandar embora 5.773 operários e a General Motors, 960, em São José dos Campos. O pretexto é um só: o câmbio valorizado teria causado queda nas exportações e prejuízo.

Trata-se de uma farsa, porque as empresas estão tendo lucros altos e ampliando suas vendas no país. Na verdade, as empresas querem fazer uma reestruturação para reduzir custos. Querem aumentar os lucros no Brasil para compensar prejuízos de suas matrizes nos EUA e na Alemanha.

As duas empresas querem demitir os atuais funcionários para contratar outros com salários inferiores. A Volks quer o "consórcio modular", com firmas terceirizadas atuando nas linhas de produção, pagando salários miseráveis. A GM quer transferir parte da produção para a fábrica de Gravataí (PR), com salários muito menores.

As demissões são mais um capítulo da reorganização produtiva destas empresas, que se utilizam do avanço da tecnologia para atacar salários e empregos. De 1996 até agora, a Volks demitiu 14 mil trabalhadores (40% dos funcionários) e aumentou a produção em mais de 50%.

É muito importante que os trabalhadores de todo o país acompanhem esta luta, entre outras razões para ver a atuação do governo Lula. Para os que acham esse governo diferente das administrações da direita, será um choque ver como agem de maneira igual. Ambos atuam em defesa das empresas, não dos operários.

FHC emprestou R$ 1,3 bilhão à Volks, enquanto Lula repassou R$ 2,4 bilhões. Agora, em meio às ameaças de demissões, o governo do PT confirmou o empréstimo de mais R$ 497 milhões à montadora alemã. Ou seja, Lula financiará o plano de reestruturação das montadoras, que inclui as demissões de milhares. E sequer exige algo em troca, nem para evitar as demissões. Como afirma o boletim Ferramenta (da oposição sindical metalúrgica do ABC), o governo está emprestando as balas para a Volks atirar nos trabalhadores.

MOBILIZAÇÕES

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (de onde saíram Lula e Marinho, atual ministro do Trabalho) tem uma política dupla. Por um lado, está obrigada a fazer alguma mobilização, pela radicalização dos trabalhadores. Só por isso haverá paralisação de um dia nas fábricas de São Bernardo, São José dos Pinhais e Taubaté, como parte de uma mobilização internacional, que atingirá Espanha, México e Portugal.

Por outro lado, essa direção evita de todas as formas entrar em choque com o governo Lula, já que o apóia. Por isso não cobra nada do governo, nem mesmo diante do escandaloso empréstimo para a montadora. Até agora, essa direção se recusa a unificar a luta com os trabalhadores da GM.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ligada à Conlutas, está promovendo um plano de lutas na GM, buscando a unificação com a luta da Volks. A mobilização já realizou uma paralisação de duas horas e repetirá o feito quando a Volks parar. O sindicato também exige a nacionalização das empresas que demitirem operários.

LULA NÃO CUMPRE ACORDOS E FUNCIONALISMO REAGE

***PAULO BARELA**, da Direção Nacional do PSTU*

O governo ainda não cumpriu os acordos feitos com os servidores federais em 2005. A desculpa inicial foi a demora na aprovação do orçamento no Congresso, e agora, a obstrução das votações. Tudo não passa de desculpa - afinal, para banqueiros e empresários, Lula não rompeu compromissos e segue pagando a todos religiosamente.

A lei eleitoral permite reajuste até 30 de junho. Se até lá não forem aprovados os projetos de lei ou medidas provisórias honrando os acordos, os servidores podem ficar mais um ano sem reposição.

Apesar das direções e da ação divisionista da CUT, os servidores foram à luta. Mesmo espalhadas, as greves se sucedem, paralisando vários órgãos. Hoje as greves atingem os trabalhadores dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Incra, Funai, Ibama, Banco Central e Receita Federal (auditores fiscais).

A greve das escolas técnicas federais, iniciada em 17 de maio, atinge quase 30 instituições. Segundo William Carvalho, coordenador-geral do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais na Educação Básica e Profissional) e militante do **PSTU**: "*A greve é uma resposta à intransigência do governo. A categoria está firme para fazer o governo cumprir integralmente o acordo assinado no MEC*".

Outro movimento é o dos servidores do Judiciário e Ministério Público Federal. A greve chegou a atingir amplos setores da categoria, mas a direção da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores no Judiciário Federal e Ministério Público da União), dominada por PT e PCdoB, resolveu dar uma trégua ao governo e suspendeu o movimento, sob a promessa de envio de projeto de lei ao Congresso Nacional.

Permanece em greve a base de São Paulo, cujo sindicato, o Sintrajud-SP, é ligado à Conlutas e não iludiu os trabalhadores com as promessas do governo. O projeto foi de fato enviado ao Congresso, mas sua tramitação não se concluirá este ano, ficando o reajuste para 2007. O governo mais uma vez não "cumpriu as promessas" e a direção da Fenajufe foi obrigada a obedecer a base e retornar à greve.

Para conter a luta, o governo anunciou seis medidas provisórias liberando R$ 3,6 bilhões para reposição salarial. Um corte de 30% no valor total dos acordos, que deveria chegar a R$ 5,2 bilhões. Como se não bastasse, o governo se compromete a pagar as reposições somente a partir de julho de 2006. É provável que as direções pelegas proponham aceitar essa redução com o falso argumento do mal menor.

ATO EM BRASÍLIA

Apesar das direções, a CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais) aprovou um dia nacional de luta em 1° de junho, com paralisação e ato unificado em Brasília. É fundamental organizar os trabalhadores para paralisar e garantir as manifestações. Será também uma oportunidade para impulsionar e colher assinaturas da Campanha pela Anulação da Reforma da Previdência, organizada pela Conlutas.

UNIFICAÇÃO DAS LUTAS

A fragmentação tem sido uma política das direções da maioria das entidades do funcionalismo, ligadas à CUT. Um exemplo foram as manifestações isoladas de setores da Condsef, do Banco Central e dos servidores da Advocacia Geral da União, todas em Brasília, na semana passada, algumas no mesmo dia!

Esta é uma atitude consciente para impor acordos rebaixados. Não unificam as lutas e depois defendem na base a aceitação dos acordos ou tréguas, com a velha desculpa de que "foi o possível no momento".

A melhor maneira de conquistar nossas reivindicações e fazer o governo cumprir os acordos é com a luta unificada. Nas plenárias setoriais e na próxima plenária da Cnesf, defenderemos:

- Cumprimento imediato dos acordos de 2005, sem rebaixar do que foi acordado.
- Unificação das lutas em curso para derrotar o governo, com aprovação de um calendário de atividades.
- Não pagamento das dívidas externa e interna. A prioridade do orçamento da União deve ser a garantia das verbas sociais e das reivindicações dos servidores federais.
- Rompimento com a CUT governista.
- Nenhuma confiança no governo Lula e seus ministros. Oposição já!

Assembléia do Judiciário de São Paulo. Agência Cromafoto

SANTA CATARINA

Governo corta dias parados, mas grevistas resistem

DA REDAÇÃO

A greve dos trabalhadores em educação de Santa Catarina continua e o governo Luiz Henrique (PMDB) endureceu as negociações. Os trabalhadores exigem a incorporação dos dois últimos abonos, eleição direta para diretores, plano de saúde e nenhuma demissão ou terceirização.

A greve já dura mais de um mês. Além de não negociar, o governo estadual cortou o ponto dos trabalhadores. Muitos professores receberam neste mês entre R$ 80 e R$ 100; outros tiveram a folha zerada. "*Caiu a máscara do governo do PMDB. Se o governo não repor os dias parados, não haverá reposição das aulas*", afirma a professora Joaninha de Oliveira.

Além disso, o governo veicula mensagens na TV pressionando pelo fim da greve. Em Criciúma, carros de polícia seguiram membros do comando de greve. O movimento promete radicalizar ainda mais suas ações contra mais esses ataques do governo.

Além do fechamento de avenidas no dia 18, os grevistas cercaram a Secretaria do Estado da Educação e lá permaneceram por mais de seis horas. Os grevistas reivindicavam uma audiência com o governador, que se recusou a atendê-los.

No dia 31 de maio, quarta-feira, os trabalhadores realizarão uma assembléia estadual para decidir os rumos do movimento. "*Nossa greve já virou referência para os trabalhadores do estado. Sempre que tem algum ataque, alguém diz 'tem que fazer como os trabalhadores da educação'*", afirma Joaninha.

TODO APOIO À GREVE DA UERJ !

***CYRO GARCIA**, da Direção Nacional do PSTU*

A greve na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) já dura dois meses. A luta dos professores, técnicos administrativos e estudantes da UERJ contra o corte de verbas e por reposição salarial, em defesa de uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, é de todos nós. Só a luta unificada dos trabalhadores e da juventude poderá derrotar a falta de diálogo e o arrocho, sucateamento e privatização do (des)governo Rosinha Garotinho (PMDB).

O governo estadual ameaça os servidores da UERJ com o corte de ponto e os provoca a enviarem seu ponto diretamente à Secretaria de Administração, um desrespeito à autonomia universitária. Tentam intimidar os lutadores com repressão e criminalização.

Neste momento, todos que dizem defender a UERJ devem prestar apoio incondicional à greve unificada da comunidade universitária.

A greve demonstra que o desafio é muito superior à simples reivindicação de reajuste de salários ou à garantia dos direitos conquistados. É preciso unificar as lutas dos trabalhadores e da juventude para barrar o projeto neoliberal dos governos de privatização da educação, a exemplo da reforma Universitária de Lula/FMI.

É preciso lembrar os trabalhadores e estudantes franceses, que deram um grande exemplo ao realizarem duas greves gerais, derrotando seu governo e obrigando-o a revogar a o Contrato de Primeiro Emprego. Como parte do apoio à greve, um ato ocorrerá no dia 1° de junho, às 17h, na UERJ.

PREPARAR A GREVE DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS

Os professores e funcionários das universidades paulistas preparam-se para enfrentar o arrocho salarial do governo Lembo. Na última negociação, rejeitaram a ridícula proposta de 0,75% e uma possível concessão de outros 1,79% em setembro. As assembléias de docentes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps indicam a perspectiva de greve para a próxima semana.

METROVIÁRIOS DE SP OBTÉM REAJUSTE

Com a ameaça de greve, os trabalhadores do metrô fizeram o governo de São Paulo recuar. Conseguiram, além de um reajuste de 4,6%, o retorno do anuênio e da periculosidade dos operadores de trem da linha 5, e a reintegração do diretor do sindicato Alex Fernandes, ligado à Conlutas.

Sérgio Baptista, Rita Lee e Arnaldo Baptista, em Festival da TV Excelsior

A VOLTA DE

Os Mutantes resgata importância do grupo para o rock e a música brasileira

REVOLUÇÃO MÚTANTE

JULIANA OLIVEIRA, de São Paulo

Não é apenas mais um boato: Os Mutantes estão de volta e deram o pontapé inicial de sua aguardada turnê internacional com um show no centro cultural Barbican, em Londres, na noite do dia 22 de maio, o primeiro em 33 anos, com os irmãos Sérgio Dias e Arnaldo Baptista e o baterista Dinho. Sem Rita Lee, com Zélia Duncan nos vocais, a "nova versão" da banda conta ainda com um tecladista, uma percussionista, um multiinstrumentista e dois backing vocals.

Serginho, que comandou a apresentação, subiu ao palco vestido de mosqueteiro, com *colant* bege e uma longa echarpe branca, lembrando os velhos tempos da banda.

Surgido nos anos 60 em São Paulo, o grupo inicialmente composto por Rita Lee e os irmãos Arnaldo e Sérgio Baptista foi depois reforçado pelo baixista Liminha e o baterista Dinho. Apoiados nas artes de um quarto mutante invisível, o mago da eletrônica Cláudio César Dias Baptista, lançaram alguns dos discos mais geniais que a música brasileira produziu.

A receita mutante, que alcançou o mundo todo, misturava deboche, irreverência, ingenuidade, psicodelia, melodias perfeitas, experimentalismo e muito LSD.

A INVASÃO DAS GUITARRAS

Os Mutantes, associados ao nascente tropicalismo de Caetano e Gil, foram responsáveis pela introdução da guitarra elétrica na música nacional em meio a uma verdadeira polarização do cenário musical brasileiro nos anos 60.

De um lado, uma ala nacionalista, descendente direta da bossa nova, representada por nomes como Elis Regina e Geraldo Vandré, que defendia a música brasileira "pura", não só da invasão da guitarra elétrica, para eles um símbolo do imperialismo norte-americano, mas de qualquer influência musical estrangeira. No outro extremo, o iê-iê-iê de Roberto Carlos e a jovem guarda, representando a pura diluição comercial do rock dos Beatles, que contaminou a todos como uma verdadeira febre musical a partir de 1964.

Foi essa contradição que o tropicalismo veio romper. Para eles, estava na hora de fazer uma música que soasse mais universal e esse som passava necessariamente pelo rock e pela guitarra elétrica. Servindo-se do rock americano e de seu instrumental eletrificado, procuraram criar um caminho na música brasileira semelhante ao obtido dez anos antes em relação ao jazz, com a bossa nova.

TROPICALISMO MUTANTE

Rita, Arnaldo e Serginho eram verdadeiros beatlemaníacos, mas não integravam a legião de súditos de Roberto Carlos. Achavam esses cantores meio velhos e ultrapassados.

Depois de participar das gravações de discos de Caetano e Gil, o trio funcionava como uma espinha dorsal do tropicalismo.

A diferença básica era que, ao contrário dos baianos, que olhavam o universo do rock de fora, Os Mutantes viviam dentro daquele mundo. Tinham um jeito diferente de se vestir, de falar, de se comportar.

Para Os Mutantes, vaia era sinal de sucesso. Quanto mais polêmica provocavam, mais ficavam conhecidos. Tudo era válido: de gravata com tênis e calça de veludo até bizarras fantasias e adereços.

Nas palavras de Arnaldo Baptista, o tropicalismo mutante introduzia a ironia em todas as formas musicais acabadas. *"Essa ironia as embeleza. E nós, Mutantes, queremos fazer uma música, acima de tudo, bela e alegre"*.

Faixas como *2001*, com ritmo e sotaque caipira de moda de viola misturados com rock, letras como a de *Ando Meio Desligado*, que, descrevendo a sensação de desligamento provocada pela maconha, acabam falando de amor. Testemunham essa mistura de deboche e inocência, contrastando com a música popular brasileira tradicional, geralmente mais séria e compenetrada.

UMA BOMBA DESATIVADA?

Com a saída de Rita Lee, em 72, a banda perdeu muito em humor e deboche, rendendo-se aos poucos a um rock progressivo com toques religiosos, regado a muito LSD. O álbum "O A e o Z" escancarou de vez essa nova tendência. A ruptura de Arnaldo, em 74, foi o sinal definitivo de que o futuro de Os Mutantes estava seriamente ameaçado.

O recente retorno não é a primeira tentativa de Serginho de manter viva a música de Os Mutantes. Mas desde a separação do trio, o impacto de sua música nunca foi o mesmo. Como dizia Serginho, *"é como a química de uma bomba de hidrogênio: faltando algum dos elementos, ela não explode mais"*.

Dificultadas pela tentativa de suicídio de Arnaldo (em 82, ele atirou-se da janela do terceiro andar do setor de psiquiatria do hospital onde estava internado e teve que, literalmente, começar tudo de novo), as tentativas de reencontro nunca chegaram a dar muitos frutos.

Na noite do dia 22, no entanto, a platéia foi ao delírio, demonstrando que a música da banda permanece atual (há mesmo quem diga que parece que nunca estiveram ausentes).

Além de ser umas das bandas mais originais do rock brasileiro, Os Mutantes abriram o caminho para a difusão do gênero no país. A partir da década de 70, as guitarras do som universal puderam completar sua ocupação no cenário musical, adentrando pelos anos 80 e inaugurando uma verdadeira era do rock. Por isso, mesmo sem Rita, a reunião dessas verdadeiras lendas vivas tocando os clássicos dos Mutantes tem um imenso significado, não só para a música nacional, mas para o rock em geral.

Infelizmente, a mesma concepção musical estática e atrasada que teve que ser brilhantemente superada pelo grupo nos anos 60, hoje traz como uma de suas conseqüências uma turnê que inicia-se na Europa, segue para os EUA e, se tivermos sorte, pode chegar ao Brasil em 2007.

Voltaremos a ver Arnaldo, Serginho e Rita no mesmo palco? Como eles mesmos não cansavam de afirmar, tudo é possível. Certamente, Os Mutantes sem Rita é como Pink Floyd sem Roger Waters, mas Serginho garante: dessa vez, estão novamente conectados pela conjunção dos astros.

X-MEN: CONFRONTO COM O PRECONCEITO

GUSTAVO SIXEL, da redação

"X-Men – O Confronto Final" tem socos, raios, garras e efeitos especiais, na medida para agradar todo adolescente. Mas tem mais. O desfecho da trilogia traz questões atuais e polêmicas. É desenvolvida uma fórmula que altera o gene mutante e inicia-se uma campanha da indústria farmacêutica, de governo e militares, para que estes abram mão de suas características e se tornem humanos.

O filme provoca o debate sobre como a sociedade lida com a diferença. Para os humanos, os mutantes sofrem de uma 'doença'. Alguma semelhança com a realidade? Muitas. No Rio de Janeiro, um deputado usa verbas públicas para 'curar' homossexuais. Governos, igrejas e boa parte da sociedade encaram a homossexualidade como doença e sonham com uma pílula assim.

O ator Ian McKellen, que assumiu sua homossexualidade em 1988, interpreta Magneto e deu a seguinte declaração à imprensa: "Há quem pense que seria conveniente curar as pessoas, como os gays, e torná-las 'normais'. Seria a mesma coisa que alguém vir e dizer que há um remédio para mudar a cor da pele." Está em questão o preconceito contra negros, judeus, islâmicos, imigrantes, portadores de deficiência, enfim, todos os que não se não se encaixam no padrão de 'normalidade' ocidental.

Há ainda referências ao nazismo. Em uma cena, Magneto mostra sua marca dos campos de concentração. Números como os que identificam prisioneiros de Bush em Guantánamo e pelo mundo.

Os protagonistas, os X-Men, assumem um papel melancólico. O Fera, que só agora surge no cinema, de terno, age como interlocutor do governo com a comunidade mutante. Enquanto os alunos de Xavier aguardam, Magneto forma um exército e ataca a indústria que produz o 'remédio'. Do outro lado, os X-Men, com suas ilusões no governo e dispostos a conviver em paz com os que querem 'curá-los', formam uma linha de frente com os soldados. Magneto dispara: "Aí estão os traidores da raça".

Além desta trama, o filme traz a transformação da personagem Jean Grey em Fênix, em uma das histórias mais importantes dos quadrinhos.

Leia a íntegra do artigo e veja cenas do filme no Portal do PSTU

OS 40 ANOS DA REVOLUÇÃO CULTURAL CHINESA

RODRIGO RICUPERO,
de São Paulo (SP)

No início da década de 1960, a República Popular da China, fundada em 1949, enfrentava uma séria de dilemas e ameaças. No plano externo, a ameaça do imperialismo norte-americano e a ruptura das relações com a URSS. No interno, as divisões na burocracia do Partido Comunista Chinês (PCCh) em duas linhas principais: os que defendiam um incentivo aos mecanismos de mercado ou capitalistas, particularmente em favor dos camponeses ricos, e os que defendiam a manutenção das restrições à propriedade privada.

Nos primeiros anos da década de 50, a burocracia maoísta implementou um primeiro plano qüinqüenal, seguindo o modelo soviético, com o avanço da coletivização no campo. Os resultados, contudo, não foram espetaculares. A resposta de Mao Tsé Tung, em 1958, foi uma grande campanha, que pretendia, através de uma ampla mobilização, incentivar o aumento das forças produtivas. O chamado "grande salto adiante", porém, foi um fracasso: a produção regrediu e a experiência teve de ser abandonada.

O regime stalinista, burocrático e sem democracia (dentro e fora do PC chinês), impedia um debate aberto. Embora Mao continuasse como líder máximo do país, seu prestígio junto aos dirigentes do partido enfraquecera no início da década de 60.

Neste contexto, um episódio aparentemente banal deu início ao fato mais importante da história chinesa pós-revolução: a revolução cultural. Em fins de 1965, Yao Wenyuan, membro do grupo que se denominava "escritores proletários" puros, publicou um forte ataque à peça *A Demissão de Hai Rui*, escrita pelo historiador e escritor Wu Han.

Hai Rui fora um funcionário da China imperial que, para defender os direitos do povo, entrara em choque com a burocracia e com o próprio imperador. Por trás dos acontecimentos do passado, estava uma crítica do presente e Hai Rui dizia para a platéia da peça: *"da boca para fora, defendeis o princípio de que o povo constitui as raízes do Estado, mas as autoridades ainda oprimem as massas enquanto se fingem de virtuosas"*.

Em 1966, a questão cultural ganha o centro do debate, com dois grupos principais. O primeiro, comandando por Peng Zhen, prefeito de Pequim, e composto pelos principais burocratas e intelectuais do partido próximos de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, tenta minimizar o caso Wu Han. Um outro grupo, impulsionado por Lin Biao e Jiang Qing, atriz e esposa de Mao, formado por intelectuais que não ocupavam postos importantes, atacava as posições capitalistas ou mesmo ocidentais na arte, em nome de uma "pureza socialista", baseada nos textos de Mao.

A questão cultural era apenas a fachada do debate. Por trás do combate de Lin Biao e Jiang Qing às "idéias burguesas" na literatura e nas artes, estava o combate ao conjunto de intelectuais e burocratas do aparelho estatal e do PCCh identificados com a ala "direita" do partido, que evoluíam para o "caminho capitalista". Havia uma luta entre dois setores da burocracia e Mao resolveu afastar, naquele momento, o setor mais à direita, apelando para a mobilização de massas. O problema para a burocracia é que a mobilização saiu do controle.

Julgamento do Grupo dos Quatro

AS MASSAS EM CENA

O debate chegou ao Comitê Central do PCCh, que repudiou as propostas de moderação na reforma cultural feitas pelo grupo de Peng Zhen, e o expulsou. Os protestos atingiram as universidades e os estudantes se organizaram e se proclamaram "guardas vermelhos", vanguarda do novo movimento revolucionário.

As tentativas de repressão estimularam o movimento, que recebeu, em seguida, o apoio de Mao. Ele passou a saudar os desfiles de milhares de guardas vermelhos que acenavam com seus livros vermelhos. O culto à personalidade de Mao atingira níveis impressionantes, algo quase religioso.

As lutas ganharam mais intensidade. O sistema de ensino parou e a juventude, incentivada pelos apoiadores de Mao, destruiu prédios, templos e objetos de arte que não se adequavam aos novos valores, além de perseguir, humilhar e mesmo matar milhares de intelectuais e burocratas. Os expurgos avançaram até a cúpula do partido com a destituição de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping.

Em janeiro de 1967, o movimento atingiu seu ponto mais alto, envolvendo não apenas os estudantes, mas também os trabalhadores. Os guardas vermelhos tentaram tomar o poder e as críticas e perseguições à burocracia se transformaram em greves e exigências de maiores salários e melhores condições de trabalho. Em Xangai, o movimento se dividiu em vários grupos que praticamente paralisaram a cidade, entrando em choque entre si. Parte dos guardas vermelhos pretendeu ir muito mais longe do que Mao pretendia, e foi logo acusada de "ultra-esquerdista". O exército interveio para restabelecer a ordem e a produção.

Os incidentes continuaram e se espalharam para outras regiões. Em Wuhan, a repressão provocou milhares de mortes entre os manifestantes. O restabelecimento do controle, contudo, continuaria até 1969, paralelamente ao início de uma guinada à direita de Mao. Parte dos dirigentes perseguidos foi reabilitada e os líderes da revolução que haviam ganhado espaço no partido perderam prestígio. Lin Biao entrou em choque com Mao e morreu numa tentativa de fuga para a URSS - seu avião foi derrubado.

Nos anos 70, a China se aproximou dos EUA. O presidente Nixon foi recebido com pompa por Mao e o governo chinês se alinhou sistematicamente ao imperialismo norte-americano, sob a justificativa de que a URSS representaria uma ameaça maior aos interesses do país. Isso fez com que a China chegasse ao absurdo de apoiar o ditador chileno Augusto Pinochet, uma vez que a frente popular de Salvador Allende possuía boas relações com a URSS.

RELAÇÕES COM AS MASSAS E A BUROCRACIA

Mao não pretendeu estabelecer na China uma verdadeira democracia operária. Ao contrário da burocracia soviética, achava que poderia manter as massas sempre sob sua tutela. Ao contrário de Stalin, Mao liderou a revolução chinesa e, portanto, gozava de enorme prestígio com as massas, o que lhe permitiu jogá-las contra outros setores da burocracia.

Daí que o trotskista Nahuel Moreno definisse o governo Mao como bonapartista, ou seja, um governo "pessoal, cujo poder se assenta no partido e no exército", impossibilitando um organismo da democracia operária.

Neste sentido, a revolução cultural foi o auge do maoísmo, pois, ao impulsionar as massas, Mao pretendia retomar o controle do partido, derrotando os setores da burocracia contrários às suas orientações. Mas as massas romperam os limites "estabelecidos" e o movimento ganhou o caráter de uma grande luta antiburocrática. O povo procurou avançar, melhorar suas condições de vida e tomar o poder em suas mãos, entrando em choque com o próprio Mao.

O "CAMINHO CAPITALISTA"

Após a morte de Mao, a burocracia intensificou a linha de fortalecimento dos mecanismos capitalistas no país, aproveitando-se do curso à direita imposto pelo próprio Mao anos antes. Setores identificados com a revolução cultural foram excluídos do poder e seus líderes presos, como o Grupo dos Quatro.

Deng Xiaoping assumiu o poder e proclamou: *"a riqueza é lícita e honrosa"*. O governo chinês, associado a grandes empresas capitalistas, criou áreas especiais de produção, permitindo a superexploração dos trabalhadores. A abertura ao capitalismo foi acompanhada da mais feroz repressão, cujo símbolo maior foi o massacre da praça Tiananmen, em 89.

Publicação da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) – www.litci.org

VAMOS SEGUIR O EXEMPLO DA LUTA DO POVO BOLIVIANO!

Algumas semanas atrás, o governo boliviano de Evo Morales editou o Decreto 28701, que nacionaliza as reservas de gás e petróleo. A medida foi recebida com grande entusiasmo pelo povo boliviano, que enxerga nela um primeiro triunfo de sua luta revolucionária pela nacionalização dos hidrocarbonetos, que já derrubou dois presidentes. Por isso, embora existam limitações que o governo boliviano impôs ao decreto, a LIT considera que essa é uma medida de caráter antiimperialista.

Não casualmente, o governo imperialista dos EUA se manifestou rapidamente contra o decreto e disse estar preocupado, não tanto por ser o principal afetado pela nacionalização, mas porque ela abre *"um grave precedente"*. Condoleezza Rice, referindo-se à Bolívia e à Venezuela, fez ameaças aos *"demagogos e autoritários"* que afetam as normas jurídicas e *"o livre comércio"*. As empresas imperialistas, especialmente as petroleiras, e a direita européia exigem que seus governos respondam duramente ao decreto. Temem que medidas deste tipo possam estender-se a outros países.

Na mesma direção, a burguesia brasileira (principal afetada em termos econômicos, uma vez que a Petrobras tem os maiores investimentos nas áreas nacionalizadas e o Brasil depende do gás boliviano para o funcionamento de sua indústria) também exigiu do governo de Lula "uma resposta contundente". Assim se manifestaram os tradicionais órgãos da burguesa brasileira, como *Veja*, *Época* e a Rede Globo.

Frente a estas ameaças, a LIT defende o direito da Bolívia à nacionalização sem indenização do petróleo e do gás. Defendemos que esses recursos naturais, assim como sua industrialização e comercialização, passem para as mãos dos trabalhadores e do povo boliviano. Chamamos todos os trabalhadores e os povos do mundo, especialmente dos países imperialistas e do Brasil, a defender esse direito e a lutar para impedir que seus governos possam concretizar essas ameaças.

OS LIMITES DO DECRETO

Compartilhamos da alegria do povo boliviano, e da maioria dos latino-americanos, por este primeiro triunfo de sua luta. Mas, acreditamos que não devemos nos confundir. Apesar do que afirmam muitos setores, esta medida não se deve ao "caráter antiimperialista e popular" do governo Morales. Ele mesmo, nos anos anteriores e em meio à luta contra os governos Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa, manifestou-se contrário à nacionalização e apoiou a política do governo Mesa e a armadilha do plebiscito, realizado em 2004. Por isso, como já assinalamos anteriormente, a LIT sustenta que esta medida é resultado do processo revolucionário boliviano e da luta das massas, que impôs essa vitória a Morales.

Na realidade, vendo-se obrigado a responder a esta luta (que, em última análise, foi o que o levou ao poder), Morales tratou de limitar o alcance da nacionalização com o decreto. Em primeiro lugar, restringiu a nacionalização somente às reservas de hidrocarbonetos, deixando de fora o refino, a distribuição e a comercialização. Além disso, abriu um prazo de negociação de 180 dias com as empresas estrangeiras que atualmente operam nesses setores.

Evo também abriu um período de negociação dos preços pagos pelos países importadores do gás boliviano, hoje muito abaixo do mercado internacional. Recordemos que, por cada dólar a menos que cobra Bolívia pela "unidade térmica" de gás, o país perde anualmente mais de US$ 300 milhões.

Entretanto, nas negociações com os governos de Brasil e Argentina, Morales praticamente atou suas mãos quando disse que "não vai cortar o fornecimento de gás". É como se um sindicato que reivindica aumento salarial entrasse nas negociações avisando que, independente das respostas do patrão, não vai fazer greve.

AVANÇAR NA LUTA PELA NACIONALIZAÇÃO

Frente a estas limitações que Morales impôs à nacionalização, acreditamos que o povo boliviano, fortalecido por este primeiro triunfo, deve avançar e aprofundar sua luta pela nacionalização dos hidrocarbonetos.

É necessário exigir do governo que estenda a nacionalização aos setores de refino, distribuição e comercialização do petróleo e do gás. E também que exproprie as petroleiras imperialistas e a Petrobras, sem indenização, pois o país não deve pagar nem um tostão para quem saqueou sua riqueza por anos.

É preciso que a YPFB (estatal de gás e petróleo da Bolívia) tome a propriedade de todo o complexo petroleiro-gasífero do país. E que a COB (Central Operária Boliviana) e os sindicatos petroleiros assumam o controle da empresa. Finalmente, é fundamental que tanto as negociações pelo preço do gás como os outros pontos "negociáveis" do decreto sejam feitos publicamente, e não de modo secreto, como vêm sendo até agora.

UMA LUTA CONTINENTAL

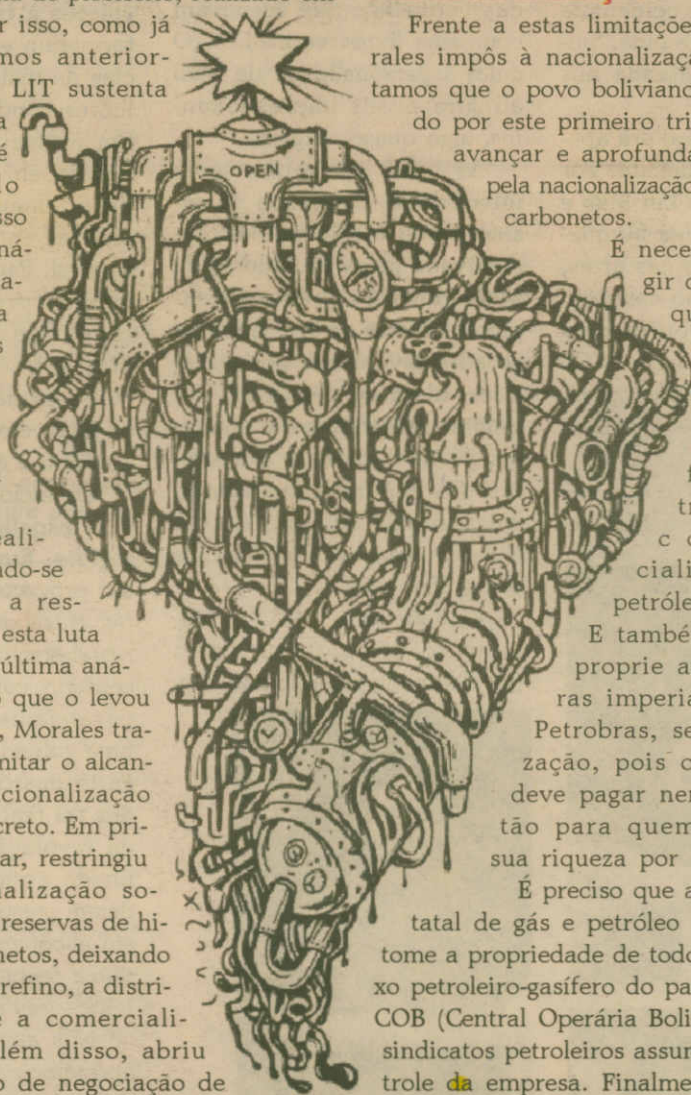
O decreto de Morales também causou grande impacto na vanguarda e no movimento de massas latino-americano e do mundo. Os trabalhadores vêem a medida com entusiasmo e simpatia, como a primeira nacionalização no continente ao longo de décadas de privatizações e entrega dos recursos naturais. A medida, inclusive, já tem um primeiro reflexo no Equador, onde a Justiça suspendeu os contratos da Occidental Petroleum (Oxy), uma das principais empresas imperialistas que operam neste país.

A LIT propõe que este primeiro triunfo da luta do povo boliviano sirva de exemplo e impulsione uma luta continental pela nacionalização. Uma luta que, seguramente, deverá ser feita não apenas contra as empresas imperialistas, mas também contra a política que aplicam os governos do continente, como Lula, Kirchner, Palacio e, inclusive Hugo Chávez.

Na Argentina, por exemplo, está colocada a necessidade de expropriar a Repsol e outras empresas petroleiras imperialistas para reconstruir uma YPF estatal, sob o controle dos seus trabalhadores. No Brasil, é necessário que a Petrobras recupere o monopólio estatal da exploração e volte a ser uma empresa verdadeiramente estatal (hoje a maioria do capital social da empresa está nas mãos de investidores privados) sob o controle de seus trabalhadores. Na Venezuela, está colocada a exigência a Chávez que deixe de entregar áreas às empresas estrangeiras e reverta a privatização encoberta que seu governo vem aplicando na PDVSA (estatal petrolífera venezuelana), através das empresas mistas.

É necessário uma luta continental pela defesa de uma das riquezas mais estratégicas do mundo. Ou elas são utilizadas em benefício dos povos latino-americanos ou seguirão sendo roubadas, como hoje ocorre, em benefício das multinacionais imperialistas.

Chamamos especialmente as organizações operárias, as centrais sindicais e os sindicatos do setor petroleiro e energético a ocuparem um papel central nessa luta. O povo boliviano mostrou que é possível avançar neste caminho. Vamos seguir seu exemplo.

Secretariado Internacional da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional
São Paulo, 18 de maio de 2006

Apresentamos a continuação dos materiais relacionados com a questão da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia. Na contracapa, publicamos trechos de um artigo escrito por Leon Trotsky em 1938, logo depois da nacionalização do petróleo realizada pelo governo mexicano de Lázaro Cárdenas. Trotsky define nesse artigo os critérios básicos da posição que os revolucionários devem assumir diante de medidas deste tipo, adotadas por governos burgueses.
Nesta página, publicamos um trecho do artigo "A renda petroleira", publicado na revista *Marxismo Vivo* nº 12, dedicada à questão do gás boliviano. Também reproduzimos a proposta levada por diversos sindicatos e organizações do Brasil, Paraguai e Espanha ao "Encontro Continental pela Nacionalização dos Hidrocarbonetos na Bolívia, Contra as Privatizações e em Defesa da Soberania Nacional de Nossos Povos", realizado em agosto de 2005 em La Paz. Acreditamos que as propostas para desenvolver uma grande campanha continental por estas reivindicações ganham, diante dos recentes acontecimentos na Bolívia, uma importância ainda maior.

AS MULTINACIONAIS E O ROUBO DO GÁS BOLIVIANO

ALEJANDRO ITURBE, da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

No passado, a Bolívia sofreu dois grandes roubos ao longo de sua história: as reservas de prata na cidade de Potosí, saqueada pelos conquistadores espanhóis, e o estanho (que, durante uma parte do século XX, foi considerado um "mineral estratégico"), pilhado pelos EUA.

Embora seja um país relativamente pequeno, a Bolívia possui a segunda maior reserva de gás natural das Américas: aproximadamente 800 bilhões de m³, em 2003 (com novas reservas a serem descobertas). O gás natural era cotado no mercado norte-americano, no início de 2005, em torno de US$ 3,60 o MPC (Unidade internacional de medida que equivale a 28,32 m³ de gás).

De acordo com esta cotação, as reservas bolivianas de gás têm um valor superior a US$ 100 bilhões, ou seja, cerca de dez vezes o PIB anual do país. Em junho, já havia alcançado um preço de US$ 8, o que eleva esse valor a mais de US$ 220 bilhões (22 vezes o PIB boliviano).

Contudo, o gás boliviano era exportado de US$ 0,70 a no máximo US$ 1,10, na boca de poço. Um valor bem inferior à cotação internacional. Além disso, depois que as reservas foram entregues à exploração de companhias estrangeiras, apenas metade desse valor ficava dentro do país, em função dos baixos impostos cobrados e outras regalias.

Resumindo: dos US$ 100 bilhões ou US$ 220 bilhões, somente ficam no país entre US$ 15 e 20 bilhões. O restante vira fumaça nas mãos das empresas estrangeiras e dos países importadores. Foi precisamente um projeto de exportação massiva de gás aos EUA e a entrega a empresas estrangeiras de numerosas reservas que geraram os processos revolucionários de 2003 e 2005.

Os trabalhadores e o povo boliviano lutam contra um novo roubo do país e defendem, assim, seu futuro.

POR UMA CAMPANHA CONTINENTAL PELA NACIONALIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO GÁS E DO PETRÓLEO

Confira os trechos da resolução proposta no Encontro Continental de La Paz, realizado em agosto de 2005

• Propomos que o Encontro Continental de La Paz aprove lançar uma campanha com dois aspectos. O primeiro é uma campanha internacional, em apoio à principal luta do povo boliviano: a nacionalização do gás, sem indenização, contra as empresas imperialistas e a Petrobras. O processo revolucionário boliviano é atualmente a luta mais avançada de todo o continente e expõe com maior clareza essa reivindicação.

• Ao mesmo tempo, propomos lançar uma grande campanha continental pela nacionalização, sem indenização, dos hidrocarbonetos de toda América Latina. Isto significa lutas, por exemplo, pela reestatização da YPF na Argentina, a nacionalização de empresas imperialistas, como Repsol, Chevron/Texaco, Shell, Exxon, etc., e a expropriação de suas instalações, a anulação dos contratos entreguistas-privatizantes de todo o restante do continente, a recuperação das áreas que foram concedidas ou entregues às multinacionais.

• Propomos que esta campanha se desenvolva em base à mais ampla unidade de ação, chamando as centrais e organizações sindicais (em especial as dos trabalhadores do setor petroleiro), as organizações camponesas, as organizações representantes dos povos indígenas, as organizações estudantis, e todas as organizações políticas e sociais nacionalistas, antiimperialistas, de esquerda, etc. Esta proposta tem por objetivo formar um grande movimento para impulsionar uma grande mobilização continental em defesa da riqueza e da soberania dos nossos países, contra o imperialismo.

Apresentada por: Conlutas (Brasil), Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas (Brasil), Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (Brasil), Central Nacional de Organização Camponesa, Indígena e Popular (CNOCIP – Paraguai), Corriente Roja (Espanha).

TROTSKY E A QUESTÃO DA NACIONALIZAÇÃO

Extraído de "O MÉXICO E O IMPERIALISMO BRITÂNICO", adaptado ao português a partir de versão castelhana, publicada em TROTSKY, León. Escritos, Tomo IX, p. 518, Ed. Pluma.

Correio Internacional

A campanha internacional que os círculos imperialistas estão realizando sobre a expropriação das empresas petrolíferas mexicanas, feita pelo governo do México, caracteriza-se por possuir todos os traços dos festivais propagandísticos do imperialismo: combina o descaramento, a mentira e a exploração da ignorância com a mesma certeza de sua própria impunidade.

O governo britânico iniciou esta campanha ao declarar o boicote ao petróleo mexicano. O boicote, como se sabe, sempre envolve o auto-boicote e, portanto, vem acompanhado de grandes sacrifícios por parte de quem o faz. A Grã-Bretanha era, até pouco tempo atrás, o maior consumidor de petróleo mexicano; claro que não o era por simpatia para com o povo mexicano, mas sim em consideração a seus próprios benefícios.

O maior consumidor de petróleo na Grã-Bretanha é o próprio Estado, em função de sua gigantesca armada e do rápido crescimento de sua força aérea. O boicote do governo inglês ao petróleo mexicano significava, então, um boicote simultâneo não só à indústria britânica, mas também à defesa nacional. O governo do Sr. Chamberlain [primeiro ministro da Inglaterra] mostrou, com franqueza fora do comum, que os benefícios dos ladrões capitalistas britânicos estão acima dos interesses do Estado. As classes e os povos oprimidos devem apreender esta conclusão fundamental em toda sua profundidade (...)

A Doutrina Monroe[1] aconselhava a oficialidade britânica a se abster de realizar um bloqueio naval-militar às costas mexicanas. Devem atuar por meio de agentes internos, os quais, na verdade, não agitam abertamente a bandeira britânica, ainda que estejam favorecendo os mesmos interesses aos quais serve Chamberlain, os interesses de uma quadrilha de magnatas do petróleo.

Com o objetivo de comprometê-la [a expropriação] perante os olhos da opinião pública burguesa, [os imperialistas] apresentam a expropriação como uma medida "comunista".

Combina-se aqui a ignorância histórica à falcatrua deliberada. O México semicolonial está lutando por sua independência nacional, política e econômica. Esse é o significado elementar da revolução mexicana nesta etapa. Os magnatas do petróleo não são capitalistas massivos, não são burgueses normais. Tendo-se apoderado das maiores riquezas naturais de um país estrangeiro – sustentados por seus bilhões e apoiados pelas forças militares e diplomáticas de suas respectivas metrópoles –, fazem o possível para estabelecer no país subjugado um regime de feudalismo imperialista, submetendo a legislação, a jurisprudência e a administração. Sob estas condições, a expropriação é o único meio efetivo para salvaguardar a independência nacional e as condições básicas da democracia.

Qual direção virá a tomar o posterior desenvolvimento econômico do México depende, decisivamente, de fatores de caráter internacional. Mas isso é uma questão que pertence ao futuro. A revolução mexicana está agora realizando o mesmo trabalho que, por exemplo, fizeram os Estados Unidos da América do Norte em três quartos de século, começando com a Guerra Revolucionária da Independência e terminando com a Guerra Civil pela abolição da escravidão e a unidade nacional. O governo britânico não só fez todo o possível, ao final do século XVIII, para manter os EUA sob a categoria de colônia senão que, mais tarde, durante os anos da Guerra Civil, apoiou os escravistas do Sul contra os abolicionistas do Norte esforçando-se, em benefício de seus interesses imperialistas, em quebrar a jovem república, para deixá-la em um estado de atraso econômico e desagregação nacional.

Também para os Chamberlains desse tempo, a expropriação dos escravistas parecia uma diabólica medida "bolchevique". Na verdade, a tarefa histórica dos nortistas consistia em preparar o terreno para um desenvolvimento democrático e independente da sociedade burguesa. Precisamente esta tarefa está sendo resolvida nesta etapa, pelo governo do México. O general Cárdenas é um desses homens de Estado, em seu país, que realizaram tarefas comparáveis às de Washington, Jefferson, Abraham Lincoln e do general Grant. E, obviamente, não é acidental que o governo britânico, também neste caso, encontre-se do outro lado da trincheira histórica. Por absurdo que pareça, a imprensa mundial, em particular a francesa, continua arrastando meu nome em torno à expropriação da indústria petrolífera mexicana. Se já neguei esta estupidez não é por temor a tal "responsabilidade", como insinuou um eloqüente agente da GPU [polícia política da ex-URSS que, pouco tempo depois, encarregou-se de assassinar Trotsky no México]. Ao contrário, consideraria uma honra assumir – ainda que fosse uma parte – da responsabilidade por esta valorosa e progressista medida do governo mexicano. Mas não tenho o mínimo fundamento para tanto. Soube pela primeira vez do decreto de expropriação pelos jornais. Mas, naturalmente, não é esta a questão central.

O envolvimento de meu nome visa cumprir dois objetivos. Primeiro, os organizadores da campanha desejam embutir à expropriação uma coloração "bolchevique". Segundo, pretendem atacar o respeito nacional mexicano. Os imperialistas empenham-se em apresentar o fato como se os homens de Estado do México fossem incapazes de determinar seu próprio rumo. Uma psicologia escravista hereditária, indigna e mesquinha! Precisamente porque o México ainda hoje pertence àquelas nações atrasadas, que apenas agora se vêem impulsionadas a lutar por sua independência, concebem-se idéias mais audaciosas em seus homens de Estado do que as que correspondem às escórias conservadoras de um passado grandioso. Já presenciamos fenômenos semelhantes na história mais de uma vez!

O semanário francês Marianne, um destacado órgão da Frente Popular francesa, chegou a assegurar que, na questão do petróleo, o governo do general Cárdenas atuou não só com Trotsky, mas também... a favor dos interesses de Hitler. Como podem ver, trata-se de privar de petróleo, em caso de guerra, às grandes "democracias" do coração imperialista e, como contrapartida, suprir a Alemanha e outras nações fascistas. Isso não é nem um tiquinho mais sensato que os Processos de Moscou. A humanidade toma conhecimento, não sem espanto, que a Grã-Bretanha foi privada do petróleo mexicano por má-vontade do general Cárdenas, e não pelo boicote do próprio Sr. Chamberlain (...)

No entanto, abandonemos à sua própria sorte os palhaços e mexeriqueiros. Eles não nos interessam, mas sim os operários com consciência de classe de todo o mundo. Sem se deixar levar pelas ilusões e sem temer as calúnias, os operários avançados apoiarão completamente o povo mexicano em sua luta contra os imperialistas. A expropriação do petróleo não é nem socialista, nem comunista. É uma medida de defesa nacional altamente progressista. É claro, Marx não considerava Abraham Lincoln [presidente dos EUA durante a Guerra Civil 1860-66] um comunista; isto, no entanto, não impediu Marx de ter a mais profunda simpatia pela luta que Lincoln dirigiu. A I Internacional enviou ao presidente da Guerra Civil uma mensagem de congratulações[2] e Lincoln, em resposta, agradeceu imensamente esse apoio moral.

O proletariado internacional não tem nenhuma razão para identificar seu programa com o programa do governo mexicano. Os revolucionários não têm nenhuma necessidade de mudar sua cor ou se curvar em reverências, à maneira da escola de cortesãos da GPU, os quais, em um momento de perigo, vendem e traem o mais fraco. Sem renunciar à sua própria identidade, todas as organizações honestas da classe operária no mundo inteiro, e principalmente na Grã-Bretanha, têm o dever de assumir uma posição irreconciliável contra os ladrões imperialistas, sua diplomacia, sua imprensa e sua corte fascista. A causa do México – como a da Espanha e a da China[3] – é a causa da classe operária internacional. A luta pelo petróleo mexicano é só uma das escaramuças de vanguarda que antecedem as futuras batalhas entre opressores e oprimidos.

Trotsky, 5 de junho de 1938

"Tendo-se apoderado das maiores riquezas naturais de um país estrangeiro – sustentados por seus bilhões e apoiados pelas forças militares e diplomáticas de suas respectivas metrópoles –, fazem o possível para estabelecer no país subjugado um regime de feudalismo imperialista"

(1) Proclamada em 1823, afirma a posição dos EUA pela intervenção nos assuntos internos dos países da América.
(2) Trata-se de mensagem de Karl Marx parabenizando o presidente por sua vitória na guerra civil norte-americana
(3) Países que nos anos 30 viviam situações revolucionárias